

RESUMO EXPANDIDO - RELATO DE PESQUISA - ABASTECIMENTO E
CONSUMO ALIMENTAR SAUDÁVEL

**O IMPACTO DA PANDEMIA NAS COMUNIDADES QUE SUSTENTAM A
AGRICULTURA: UM ESTUDO BRASILEIRO**

Potira Preiss (potipreiss@gmail.com)

Renata Soares Navarro (renatasoares261@gmail.com)

Cidonea Machado Deponti (cidonea@unisc.br)

A pandemia de Covid-19 se instalou no Brasil em um momento altamente delicado. Após alguns anos de sucesso no combate à fome e à insegurança alimentar, o país voltou a registrar números alarmantes de precariedade social, que se agravaram com as crises políticas e econômicas que o país enfrenta. Os dados publicados no Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil evidenciam que 55,2% dos domicílios brasileiros se encontravam em InSan (cerca de 116,8 milhões de pessoas), dos quais 19 milhões de brasileiros estavam em condição de fome (Rede Penssan, 2021). O contexto de InSan alimentar está amplamente relacionado à redução das políticas públicas nos anos recentes, em que as ações de segurança alimentar foram enfraquecidas e desqualificadas, tendo inclusive ocorrido a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA. No entanto, a chegada da pandemia, o aumento do desemprego e a desestruturação das atividades comerciais devido à necessidade de distanciamento social contribuíram para o agravamento da situação.

Ainda nos primeiros meses da pandemia, distintas agências internacionais, tal como o Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional do Comitê de Segurança Alimentar Mundial, alertavam a sociedade e os governos para a necessidade de ações emergenciais que dessem garantia ao alimento humano e à alimentação saudável e adequada, evitando que a crise sanitária não se tornasse também uma crise de insegurança alimentar. Ainda assim, o abastecimento alimentar foi afetado em distintas partes do globo, bem como a renda de boa parte da população, em especial daqueles que são os principais produtores de alimentos - os agricultores familiares (FAO, 2020; Salazar et al., 2020; Urcola e Nogueira, 2020). Além do fechamento de feiras livres e a redução dos programas institucionais de compras públicas, ocorreu certo direcionamento da população para o abastecimento nos supermercados, que nem sempre adquirem produção dos agricultores familiares, acarretando uma queda de demanda e consequentemente de preços pagos aos produtores (Gracia-Arnaiz, 2021; Preiss et al., 2021; Urcola e Nogueira 2020; Cavalli et al., 2020; Bocchi et al. 2019).

Na ótica de Belik (2020), o novo ambiente criado pela pandemia modificou as formas de comercialização, ocasionando incertezas referentes aos preços e às condições sanitárias no transporte, gerando impactos diretos na agricultura familiar e colocando o produtor local de alimentos em desvantagem quando comparado com a oferta de alimentos industrializados. No entanto, no Brasil e na América Latina houve também um movimento de reação e resiliência das organizações sociais e dos movimentos vinculados à agricultura familiar, que buscaram manter o fluxo de alimentos ativos entre a produção e o consumo, mobilizando diferentes estratégias de adaptação e inovação frente à Covid-19. Nesse sentido, a maioria dessas ações se articulou através de circuitos curtos de comercialização e dinâmicas de abastecimento com proximidade entre produtores e consumidores, conforme relatam Tittonel et al.(2021) e Recine et al. (2021).

Entre essas organizações está a Rede de Comunidades que Sustentam a Agricultura - CSA Brasil, uma articulação internacional (Community Supported Agriculture) que atua no país desde 2013. A rede cria dinâmicas de abastecimento tendo como base parcerias entre consumidores e agricultores

em que “são divididos os riscos, responsabilidades e benefícios da produção local de alimentos através de um acordo vinculativo de longo prazo” (URGENCI, 2016, p.1). A dinâmica busca, portanto, um processo de colaboração efetiva em que o orçamento anual e o processo de produção e colheita é dialogado entre produtores e consumidores, com os custos divididos pelo número de pessoas interessadas em receber os alimentos com uma determinada frequência, partilhando assim a gestão financeira e criando processos autogestionados de distribuição dos alimentos (Preiss et al., 2020). É nesse contexto que este estudo se insere, tendo como objetivo compreender como a pandemia de Covid-19 impactou as dinâmicas de abastecimento alimentar mobilizadas pela Rede CSA Brasil.

O trabalho tem como base uma pesquisa exploratória, com levantamento de dados qualitativos e quantitativos por meio de fontes primárias. A coleta de dados ocorreu com a realização de entrevistas on-line e via telefone, feitas com participantes das CSAs, conforme contatos fornecidos pela Rede CSA Brasil. As entrevistas foram orientadas por um formulário com 11 questões abertas e 18 questões fechadas, buscando dados básicos de funcionamento, tempo de existência e questões relativas ao enfrentamento à Covid-19. A coleta dos dados teve início no dia 6 de abril e encerramento em 31 de agosto de 2020. Dos 74 contatos que foram recebidos da Rede CSA Brasil, participaram desta pesquisa 44 experiências (equivalente a 60%) distribuídas em diferentes estados do país.

Os resultados indicaram que CSAs estão presentes em 11 estados do Brasil, sendo as principais incidências no Distrito Federal (DF) e nos estados de Goiás e São Paulo. Ressalta-se que o DF é o local que apresenta a maior incidência, havendo 35 CSAs, das quais 15 participaram da pesquisa. A maioria das CSAs tem um número relativamente baixo de famílias de agricultores, não passando de 10 famílias por iniciativa, o que é coerente com a proposta de atuação em pequena escala e com a alta interação entre os atores envolvidos. A CSA que se destaca em número de famílias de agricultores é a CSA Uberlândia, com 51 famílias. No que diz respeito à origem dos agricultores, em 43% das iniciativas eles residem no mesmo município em que os consumidores. Para outros 41% das CSA, os agricultores abastecem consumidores no seu município de residência e na região do entorno, ficando apenas 16% das experiências com

um abastecimento especificamente regional. Os dados indicam, portanto, uma dinâmica altamente localizada, vinculada ao referencial de cadeias curtas de abastecimento e mercados de proximidade (PREISS E DEPONTI, 2020).

No que diz respeito ao número de famílias co-agricultoras, forma como são denominados os consumidores devido à responsabilidade partilhada, há uma maior variedade de situações. No entanto, 63% das CSA têm no máximo 40 famílias de co-agricultores envolvidos, e o restante possui entre 41 e 100 participantes. A CSA Demétria, em Botucatu (SP), se destaca com o número mais elevado - 240 famílias, o que se justifica devido a esta ser a experiência mais antiga ativa no país, estando em funcionamento desde 2011.

Em relação à quantidade de alimentos escoados, a maioria dos casos não apresentou um aumento da demanda, visto que a programação do que é produzido e colhido é muito articulada com o número de consumidores regularmente abastecidos. Ainda assim, algumas experiências agregaram novos consumidores ao longo da pandemia, tendo em 25% das CSA ocorrido um aumento da demanda. Pesquisas em diferentes partes do Brasil, indicam uma redução no escoamento de alimentos providos pela agricultura familiar. É o caso dos dados indicados na pesquisa realizada com agricultores familiares, quilombolas, assentados e posseiros, nos estados do Amazonas (AM), Pará (PA) e São Paulo (SP), mostrando uma queda no escoamento de alimento para diversas dinâmicas de abastecimento, tendo 84% dos entrevistados declarado um impacto significativo sobre sua renda (FUTEMMA et.al, 2021).

No que diz respeito ao custo semanal dos alimentos, a variação de valores das cestas fica entre R\$26 e R\$50 para a maioria dos casos (37 CSAs) e as demais entre R\$51 e R\$100. Todas as CSAs atuam com pagamento antecipado via transferência eletrônica ou depósito em conta. Entretanto, as CSAs Araras, Gaia e Chácara Pedra Fundamental também dispõem da opção de pagamento em dinheiro na entrega. Para que as CSAs pudessem continuar funcionando no período da pandemia, foi necessário alterar as práticas do processo de funcionamento, sendo as principais: o aumento de cuidados na limpeza dos alimentos e materiais utilizados; aumento no uso de embalagens; informes para orientação aos consumidores; alterações na logística de organização; mudanças no sistema de transporte e entrega e alterações na forma de pagamento. Ressalta-se que as alterações não inviabilizaram o

funcionamento das CSA, sendo as adaptações muito semelhantes às adaptações mobilizadas por outras dinâmicas de abastecimento alimentar protagonizadas por agricultores familiares, tal como as feiras livres e as entregas domiciliares (Preiss, 2020).

No que diz respeito ao recebimento de orientações sobre cuidados pessoais e de saúde para evitar contágio, a própria Rede CSA Brasil foi a principal fonte de informações para os agricultores. No que diz respeito às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a grande maioria das CSAs tem atuação nas redes sociais, especialmente Instagram e Facebook. Todas fazem uso intenso do WhatsApp para seu processo de comunicação interna. As redes sociais são utilizadas pela maioria (68%) das CSAs, para a realização de informes e orientações sobre as alterações nos processos produtivos, logísticos e comerciais frente à pandemia. Nesse sentido, acabam enfrentando os mesmos desafios que outros agricultores familiares vinculados aos chamados “mercados digitais”, tal como a falta de estrutura e tecnologias de qualidade nas áreas rurais, necessidade de habilidades de conhecimento das ferramentas digitais e maior tempo para os processos administrativos e de gestão (Deponti et al, 2021; Cunha e Schneider, 2021).

Os processos vinculados à dimensão econômica (viabilidade dos plantios, renda digna aos produtores, alimentos acessíveis aos consumidores) e ecológica (produção de alimentos a partir de práticas agrícolas sustentáveis em cadeias curtas de comercialização) parecem ter sido pouco afetadas. Ainda assim, pretende-se verificar essas hipóteses em análises mais profundas. No que diz respeito à atuação colaborativa das CSA, há uma miríade de atores contribuindo, desde organizações da sociedade civil organizada, academia, poder público e empresas. É pertinente investigar com mais atenção como essas relações se estabelecem, como afetam a governança de cada CSA e como se inter-relacionam com os preceitos e valores promovidos pela Rede CSA Brasil e Urgency (rede internacional a qual se vinculam).

No que se refere a atuação do Estado, 36% dos entrevistados entendem como relevante a criação de políticas públicas que possam fomentar e facilitar a atuação dos CSAs - um elemento até então inexistente no país. Ainda que

sejam bastante salutares os processos de organização e autogestão da sociedade civil na criação de dinâmicas de abastecimento, acreditamos como essencial a ampliação de políticas públicas que facilitem o acesso de agricultores familiares a mercados de proximidade, facilitem a comercialização de alimentos produzidos artesanalmente em pequena e média escala e que incentivem processos de realocização alimentar. Conforme já argumentado por Preiss (2022), entre as ações possíveis estariam atividades de capacitação para agricultores familiares dispostos a desenvolver dinâmicas similares, criação de incentivos fiscais que facilitem a formação de dinâmicas diretas de abastecimento com redução em impostos municipais, a alocação de áreas para facilitação logística dos produtos, o fomento aos processos de transição agroecológica ou, ainda, campanhas de valorização da produção da agricultura familiar.

Assim, ainda que uma série de cuidados com a higienização e medidas para evitar o contágio tenham sido tomadas, o fluxo dos alimentos entre os agricultores e co-agricultores segue ativo sem grandes mudanças. No entanto, houve uma redução em atividades com interação social como reuniões, mutirões de trabalho, formações e celebrações, quiçá a maior alteração no funcionamento de praxe das CSAs. Conclui-se que esse processo de enraizamento social e colaboração entre os atores envolvidos se torna chave para explicar o que parece ser uma alta capacidade de resistência aos impactos da Covid-19. Ao mesmo tempo, essa característica também reafirma que a atuação das CSAs não pode ser reduzida apenas às dimensões do abastecimento ou comercialização de alimentos, havendo um processo de confiança e interação que atuam em dimensões sociais e afetivas dos atores envolvidos.

REFERÊNCIAS

BELIK, W. Sustainability and food security after COVID-19: relocalizing food systems? *Agric Econ* 8, 23, 2020,b. <https://doi.org/10.1186/s40100-020-00167-z>.

BOCCHI, C. P. et al.; A década da nutrição, a política de segurança alimentar e nutricional e as compras públicas da agricultura familiar no Brasil El Decenio de las Naciones Unidas de Acción sobre la Nutrição, a política de segurança alimentar e nutricional, e as compras públicas da agricultura familiar no Brasil]. Revista panamericana de salud publica = Revista Panamericana de Saúde Pública, 43 , 2019. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2019.84>

CAVALLI, S. B. et al. Family farming in times of Covid-19. Revista de Nutrição, v. 33, 2020.

CUNHA, J. I.; SCHNEIDER, S. TICs, digitalização e comercialização em rede: o caso da rede Xique-Xique/RN / In: Paulo Niederle, Sergio Schneider [e] Abel Cassol. (Org.). Mercados alimentares digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021, v. 1, p. 339-371.

DEPONTI, C. M.; OLIVEIRA, V. G.; KIST, R. B. B. Inclusão digital, TICs e desenvolvimento regional: um olhar sobre os agricultores familiares do Vale do Caí-RS. In: Paulo Niederle, Sergio Schneider [e] Abel Cassol. (Org.). Mercados alimentares digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas. 1ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021, v. 1, p. 313-338.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. Cities and local governments at the forefront in building inclusive and resilient food systems: key results from the FAO survey “Urban food systems and Covid-19”. Roma: FAO; 2020.

FUTEMMA, C, et.al. A pandemia da COVID-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir? Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., v.16, n.1, p. 1-18, 2021. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0143>

GRACIA-ARNAIZ, M.; Eating issues in a time of crisis: Re-thinking the new food trends and challenges in Spain, *Trends in Food Science & Technology*, v. 116, 2021, p.1179-1185. <https://doi.org/10.1016/j.tifs.2021.06.003>.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S.; GRISA, C.; MOLINA, A. A. Os sistemas agroalimentares e crise COVID– 19: é possível um cenário mais justo e equitativo? In: *Brasil pós-pandemia: reflexões e propostas*. 1 ed. São Paulo: Alexa Cultural, 2020, v.1, p. 235-260.

PREISS, P. V.; DEPONTI, C. M. Reflexões sobre o potencial da realocização alimentar para o desenvolvimento regional In: *Desenvolvimento regional: processos, políticas e transformações territoriais*. 1 ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, v.1, p. 261-292.

PREISS, P.V. Challenges facing the COVID-19 pandemic in Brazil: lessons from short food supply systems. *Agriculture and Human Values*, v.1, 2020. <https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-020-10062-4>

PREISS, P. V. et al. Abastecimento alimentar e COVID -19: uma análise das feiras no Vale do Rio Pardo - RS. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 28, p.1-13, jan. 2021.

PREISS, P.V. Sistemas agroalimentares saudáveis e sustentáveis: ações territoriais para uma agenda global In: *Desenvolvimento territorial, sistemas agroalimentares e agricultura familiar*. São Leopoldo: OIKOS, 2022, p. 256-280.

RECINE, E. et al.; The Indispensable Territorial Dimension of Food Supply: A View from Brazil During the COVID-19 Pandemic. *Desenvolvimento* 64, 282-287 (2021). <https://doi.org/10.1057/s41301-021-00308-x>

REDE PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional -. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no

Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede PENSSAN, 2021.

SALAZAR L., et.al.; Retos para la agricultura familiar en el contexto del COVID-19: evidencia de productores en ALC. Washington; 2020 [Acesso em 2020 set 21]. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Retos-para-la-agricultura-familiar-en-el-contexto-del-COVID-19-Evidencia-de-productores-en-ALC.pdf>

TITTONELL. P. M. et al.; Emerging responses to the COVID-19 crisis from family farming and the agroecology movement in Latin America – A rediscovery of food, farmers and collective action. *Agricultural Systems*. 190: 103098. <https://doi.org/10.1016/j.agsy.2021.103098> .

URCOLA, M. A.; NOGUEIRA, M. E. (2020). Producción, abastecimiento y consumo de alimentos en pandemia: El rol esencial de la agricultura familiar en la territorialidad urbano-rural en Argentina. *Eutopía. Revista de Desarrollo Económico Territorial*, (18), 29-48. <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/eutopia/article/view/4629>.